

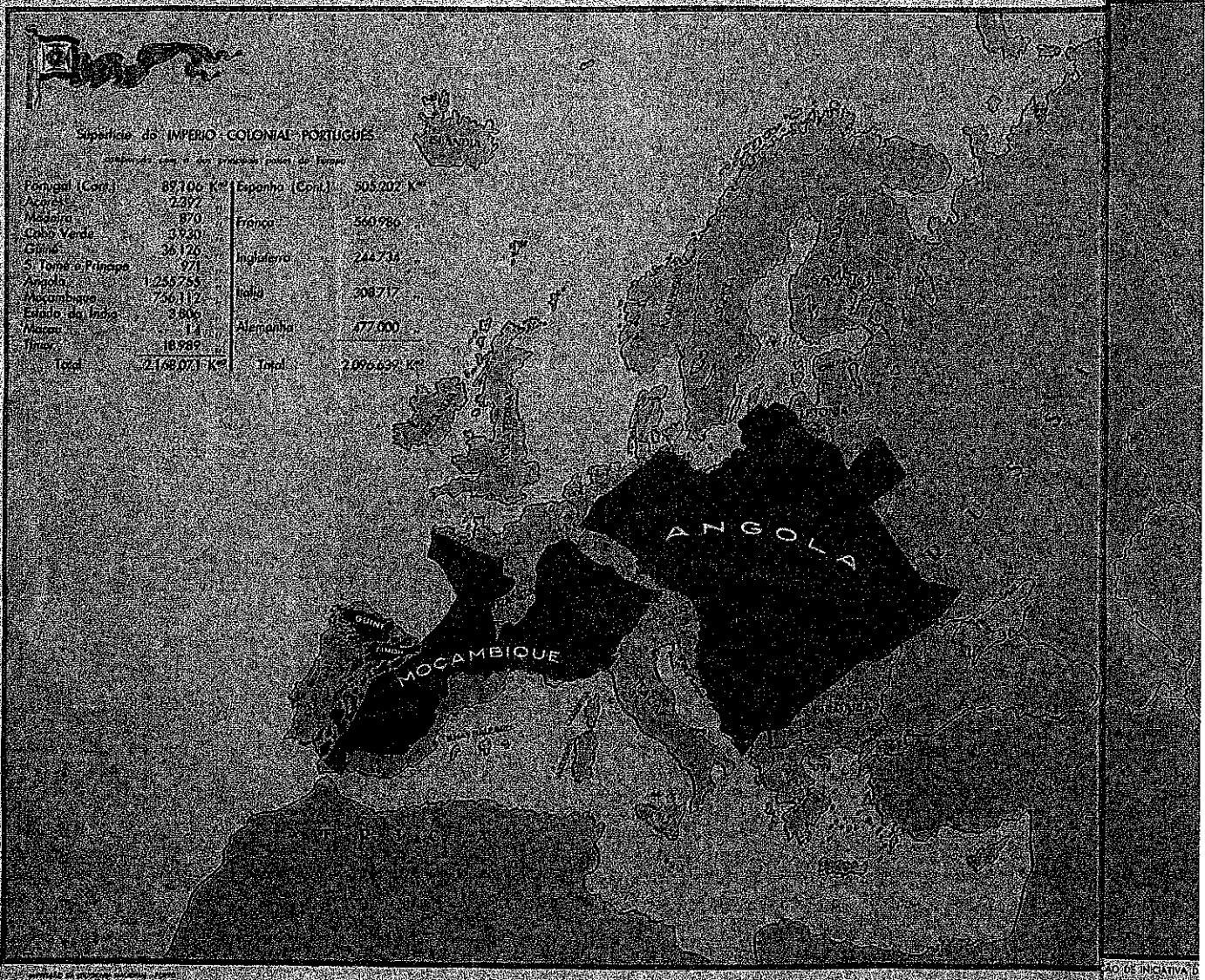
Tese premiada

“Portugalidade” – a inimiga persistente da lusofonia

Texto de **Pedro Olavo Simões**

Fan
rept
Por
indi
"po

“PORTUGAL NÃO É UM PAÍS DE UEN



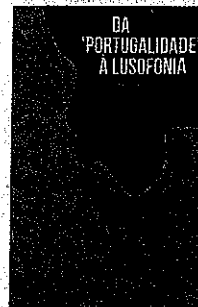
Famoso mapa representativo do Portugal uno e indivisível ou da dita "portugalidade"

PRUENO

Não poucas vezes, a propósito de tudo e de nada que a este país diga respeito, o conceito de "portugalidade" é evocado. Pode servir tanto para questões culturais como para as glórias – ou fatalidades – do futebol, tanto para exaltação de uma possível identidade nacional como para uma de certo modo lusotropicalista universalização de algo diferente, único e retratável, saído do nosso pequeno Ocidente peninsular para as sete partidas do mundo. Faz sentido? Vem de longe? Vítor de Sousa, investigador da Universidade do Minho, desmontou a ideia na sua dissertação de doutoramento, agora publicada – "Da 'Portugalidade' à Lusofonia", Edições Húmus, novembro de 2017 –, que em 2016 valeu ao autor o prémio de melhor tese em Ciências Sociais na América Latina e em Portugal (Casa da América Latina/Banco Santander), entre as que se apresentaram a concurso.

Tratando-se de um doutoramento em Ciências da Comunicação (especialidade de Comunicação Intercultural), este trabalho, realizado sob orientação de Moisés de Lemos Martins (autor do prefácio), constitui, naturalmente, uma importante referência historiográfica, em especial, como perceberemos, para o estudo do século XX português, em particular para entender as estratégias propagandísticas do Estado Novo, num período muito específico. Mergulhando em busca das origens deste conceito de "portugalidade", Vítor de Sousa não as encontra em época mais recuada do que as décadas de 1950 e 1960, como estratégia de resistência ao fenómeno da descolonização que se impunha mundialmente, tanto a nível interno como, sobretudo, nos fóruns internacionais, como as Nações Unidas, de modo a negar a possibilidade de autonomia das colónias, inventando-as como parcelas naturalmente integrantes do território português e conceptualizando-as como províncias ultramarinas. Não é, evidentemente, na questão do Portugal uno e indivisível, "Do Minho a Timor", que reside o ineditismo e o avanço que este trabalho propicia, mas sim no que foi a construção dessa ideia de "portugali-

dade" (com tudo o que de equívoco acarreta), o modo como o conceito é cunhado e, por exemplo, introduzido nos discursos dos deputados à Assembleia Nacional. Mas também, e será esse o aspeto mais importante, na forma como a palavra vai sendo mantida, aqui e ali, a propósito disto e daquilo, e numa convicção que o autor tinha desde o momento em que pensou no



assunto é que viu reforçada pela investigação: "Não pode haver lusofonia com 'portugalidade'". "Portugalidade" – e o autor usa sempre essas, quase como que vin-

cando tratar-se de algo que não existe – acaba por ser hoje, "mesmo que se tente retirar a 'portugalidade' da esfera nacionalista em que foi cunhada", uma forma de perpetuar outros conceitos falaciosos e datados, com o lusotropicalismo à cabeça, constituindo um entrave à normalização do relacionamento entre o ex-colonizador e os ex-colonizados, ou, como descreve Vítor de Sousa, "o 'outro' da colonização". Ora, é essa relação com o outro, ou a união pela diferença, enquadrada por algo verificável (uma língua comum), que constituirá a riqueza da lusofonia. "A herança da 'portugalidade' é, assim, como que uma espécie de interculturalidade ao contrário, decorrente da tentativa de o Estado Novo com ela pretender desenvolver uma homogeneidade artificial portuguesa dominante", escreve o autor. Ideias como esta, que, por exemplo, já tinham sido de algum modo intuídas por Eduardo Lourenço, ganham aqui o que lhes faltava – a solidez da sistematização e o rigor conceptual – e constituem, graças ao esforço de Vítor de Sousa, ferramenta essencial para enfrentar um tempo em que o espetro do nacionalismo populista paira sobre nós, apoiado em falsos sonhos de grandeza que muitos entendem ser factuais.